

# RELAÇÃO DE GÊNERO E VIOLÊNCIA CONJUGAL PARA ALÉM DO INSTITUÍDO: O CONSTRUCIONISMO SOCIAL COMO UMA POSSIBILIDADE INTEGRADORA

THE RELATIONSHIP OF GENDER AND MARITAL VIOLENCE BEYOND THE SET: SOCIAL CONSTRUCTIONISM AS AN INTEGRATIVE POSSIBILITY

Maria Ivone Marchi-Costa<sup>1</sup>  
Marilene Cabelo Diflora<sup>2</sup>  
Marlene Marchi-Sousa<sup>3</sup>  
Roberta Coneglian Redondo<sup>4</sup>  
Danilo de Paiva Negrão<sup>5</sup>  
Drielly Cristina Lugo Soubhie<sup>6</sup>

1. Psicóloga clínica especialista família e casal, professor, supervisora e pesquisadora do curso de Psicologia junto a Universidade Sagrado Coração- USC. Membro do grupo de pesquisa: Gênero, sexualidade e sociedades (CNPQ), doutoranda núcleo família e comunidade PUCSP. E-mail: marchicosta@terra.com.br

2. Docente de Sociologia Geral e Métodos de Pesquisa em Psicologia - Universidade do Sagrado Coração. E-mail :marilenediflora@gmail.com

MARCHI-COSTA, Maria Ivone et al. *Relação de gênero e violência conjugal para além do instituído: O construcionismo social como uma possibilidade integradora*. Mimesis, Bauru, v. 34, n. 1, p. 91-114, 2013.

## RESUMO

Este estudo objetiva, à partir das lentes do construcionismo social, analisar e favorecer reflexões sobre a violência conjugal, o que implicará uma análise integrada do gênero e da violência. Parte-se das narrativas instituídas e muitas delas colocadas como verdades absolutas e universais, nas quais a mulher é a vítima e requer atenção e cuidado, enquanto o homem é colocado como algoz cabendo-lhe a punição, para se chegar à uma análise mais global, que irá integrar a violência ao gênero e possibilitar a ampliação das narrativas e a ressignificação da violência conjugal. Embora na literatura a análise linear e dualista não seja homogênea, é prevalente. Esse estudo pretende contribuir para reflexões e a viabilização de possíveis práticas voltadas para o fenômeno da violência, de maneira que a compreensão transcenda a visão de mulher e homem, agressor e vítima, mas

Recebido em: 06/03/2013  
Aceito em: 02/07/2013

sim, seres humanos e pessoas que necessitam de cuidados, em prol de um lar sem violência.

**Palavras Chave:** Violência conjugal. Gênero. Construcionismo social. Psicologia.

## ABSTRACT

This paper aims, from the point of view of social constructionism, to analyze and to encourage reflection on marital violence, what will involve an integrated analysis of gender and violence. It starts from established narratives, many of them seen as absolute and universal truths in which woman is the victim and requires attention and care while man is known as executioner who must be punished, to reach a global analysis, which will integrate violence and gender and allow the enlargement of narratives and reframing of marital violence. Although in literature linear and dualistic analysis is not homogenous, is prevalent. This study intends to contribute to reflections and the viability of possible practices for the phenomenon of violence which consider more than woman and man, aggressor and victim, human beings and people needing care, in favor of a home without violence.

**Keywords:** Marital violence. Gender. Social Constructionism. Psychology.

## INTRODUÇÃO

Este estudo tem como fonte motivadora as experiências vivenciadas em um projeto de estágio de extensão denominado apoio psicológico, oferecido por uma universidade em parceria com uma das unidades da Delegacia de defesa à mulher (DDM). O estágio objetivou oferecer um espaço de escuta, apoio e reflexão às mulheres que procuravam a DDM para registrar queixa de agressão perpetrada por seus companheiros, as quais eram orientadas pelas policiais atendentes a fazerem o boletim de ocorrência. Os alunos estagiários cursavam o quarto ano de graduação em psicologia e se revezavam em escalas e eram acompanhados pelo professor orientador por intermédio de relatórios elaborados por escrito e encontros semanais.

MARCHI-COSTA, Maria Ivone et al. *Relação de gênero e violência conjugal para além do instituído: O construcionismo social como uma possibilidade integradora*. Mimesis, Bauru, v. 34, n. 1, p. 91-114, 2013.

3. Psicóloga clínica especialista em casais e família, mestre em Psicologia Clínica pela PUCAMP, docente e pesquisadora no curso de graduação e pós graduação em Psicologia na Universidade Sagrado Coração, USC. Coordenadora do curso de Especialização em Psicologia Clínica Fenomenológico-Existencial na USC. E-mail: lenemarchi@yahoo.com.br

4. Psicóloga clínica e pesquisadora graduada pela Universidade Sagrado Coração-USC. E-mail: rredondo@uol.com.br

5. Graduando e estagiário do curso de Graduação em psicologia –Universidade Sagrado-USC. e-mail: dnl.negrao@gmail.com

6. Graduanda e estagiária do curso de Graduação em Psicologia- Universidade Sagrado Coração-USC. E-mail: drih.loira@hotmail.com

MARCHI-COSTA, Maria Ivone et al. *Relação de gênero e violência conjugal para além do instituído: O construcionismo social como uma possibilidade integradora*. Mimesis, Bauru, v. 34, n. 1, p. 91-114, 2013.

Essa experiência favoreceu muitas reflexões, estudos e pesquisas sobre o tema violência (REDONDO E MARCHI-COSTA, 2010). O apoio psicológico favoreceu o contato com muitas histórias de sofrimentos narradas pelas mulheres e também favoreceu a emergência do não-dito, ou seja, conteúdos que emergiram para além dos relatos. Assim, diante das inúmeras histórias narradas, evidenciou-se a importância de se cuidar da saúde mental da mulher e também do agressor, ou seja, se a violência é conjugal o cuidado também deve envolver ambos, logicamente sem desconsiderar a individualidade.

Inserir o agressor significa questionar que parceiro é esse que agride, como foi a sua história, como se constituiu sua subjetividade e que tipo de dinâmica relacional (intersubjetiva) se estabeleceu entre este casal

Não se trata de isentar o agressor da punição, pois, nada a justifica e o caminho tem que ser o estabelecido, até que se consiga fazer um trabalho de base mais efetivo, apoiado em políticas sociais. Mas, o que se coloca em pauta é a urgência de promover reflexões com o intuito de possibilitar aos profissionais envolvidos com a violência o exercício de uma prática terapêutica e preventiva respaldada na humildade epistemológica, ou seja, desprovida de preconceitos calcados em narrativas instituídas e naturalizadas e assim poder visualizar a consequente possibilidade da minimização da violência conjugal e de maximização da possibilidade da família e o lar representarem fonte de segurança e proteção.

É oportuna a referência à terapeuta familiar/ casal Féres-carneiro (1998), ao afirmar que todo casal encerra, ao mesmo tempo, duas individualidades e uma conjugalidade, ou seja, o casal contém dois sujeitos, dois desejos, duas inserções no mundo, duas percepções do mundo, duas histórias de vida, dois projetos de vida, duas identidades individuais que, na relação amorosa, convivem com uma conjugalidade, um desejo conjunto, uma história de vida conjugal, um projeto de vida de casal, uma identidade conjugal, o que é mais reconhecido na literatura científica como conjugalidade.

A autora (*op.cit*) argumenta que quando se trata de conjugalidade, parte-se do princípio que são pessoas que se gostam e decidem por constituir uma família e ter projetos comuns e que acabam por agredirem -se em suas diversas modalidades e é claro que em termos de força física, a mulher fica em desvantagem.

Sabe-se que a violência é um fenômeno complexo, multifatorial, portanto, analisá-la de forma linear é desconsiderar a sua complexidade. Do mesmo modo que, ao inserir reflexões sobre o gênero

não se pretende com isto defender a noção de que a violência é exclusivamente um fenômeno de gênero, mas considerar a natureza das relações em que esta ocorre e os significados culturais que lhe estão associados, especialmente quanto ao homem e mulher.

Estas considerações são relevantes no sentido de desconstruir algumas verdades que são instituídas e que ratificam e perpetuam práticas dualistas direcionadas para o sintoma, ou seja, paliativas e impeditivas de um olhar mais global para o fenômeno da violência conjugal.

Observa-se que a própria literatura, inclusive a psicologia, é mantenedora desse olhar linear e grande parte coloca a mulher como vítima e o homem como algoz, naturalizando a violência e poucos estudos oferecem um olhar ampliado para esse fenômeno.

Flax, uma das teóricas feministas pós-modernas, destaca que a ciência surge no Ocidente com o Iluminismo e hoje, tal como é conhecida, parece dar explicações “neutras” e “objetivas” para as relações sociais. No entanto, esta, reflete os valores construídos no Ocidente desde o final da Idade Média, os quais refletem apenas uma parte do social: a dos homens, brancos e heterossexuais (FLAX, 1991).

Este estudo parte das verdades instituídas sobre as relações de gênero e violência para finalizar com uma possível desconstrução das mesmas por intermédio das lentes do construcionismo social e do seu convite para se assumir uma posição integradora entre gênero e violência conjugal. Vale destacar, que esse olhar não descarta o já instituído, porém, adverte que este não representa a verdade absoluta e universal, pois, há outras perspectivas para se refletir o fenômeno gênero e violência conjugal.

## Breve contextualização da violência conjugal

Segundo levantamento da Organização das Nações Unidas (ONU) divulgado em 2011, o percentual de mulheres que são agredidas física ou sexualmente pelo parceiro varia entre 5% (Geórgia) e 70,9% (Etiópia). Infelizmente, o Brasil ocupa um lugar de destaque na pesquisa, com o índice de 34%. Segundo o Mapa da Violência de 2012, produzido pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, o Brasil ocupa o 7º lugar no *ranking* mundial de mulheres assassinadas, com 4,6 mortes a cada 100 mil habitantes do sexo feminino (WASELFISZ, acesso 27/12/2013). As estatísticas brasileiras revelam que a cada quatro minutos uma mulher é vítima de violência doméstica e a cada minuto uma morre (ALBUQUERQUE, 2013).

MARCHI-COSTA, Maria Ivone et al. *Relação de gênero e violência conjugal para além do instituído: O construcionismo social como uma possibilidade integradora*. Mimesis, Bauru, v. 34, n. 1, p. 91-114, 2013.

MARCHI-COSTA, Maria Ivone et al. *Relação de gênero e violência conjugal para além do instituído: O construcionismo social como uma possibilidade integradora*. Mimesis, Bauru, v. 34, n. 1, p. 91-114, 2013.

Em 2006, entrou em vigor no Brasil a Lei Maria da Penha, criada especificamente para coibir a violência doméstica e internacionalmente reconhecida como um dos instrumentos legais mais avançados neste quesito. A lei estabelece penas de 3 meses a 3 anos de prisão para agressores deste tipo. Além disso, possibilita que os processos sejam agilizados através de varas especializadas e prevê que o Estado mantenha uma rede de proteção à mulher (CNJ, acesso 27/12/2013).

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a violência contra a mulher refere-se a qualquer conduta, ação ou omissão, discriminação, agressão ou coerção, ocasionada pelo simples fato de a vítima ser mulher e que cause dano, morte, constrangimento, limitação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, social, político ou econômico ou perda patrimonial. Essa violência pode acontecer tanto em espaços públicos como privados.

A violência, enquanto fenômeno social, se mostra múltipla e mutável, sendo um processo complexo e denso que se remete à valores e as normas sociais, estando sempre presente no viver em sociedade (ODALIA, 1985).

Pesquisa elaborada pelo Data Popular - São Paulo, publicada Flávia Albuquerque (nov 2013), cujo objetivo foi compreender as percepções dos homens sobre a violência doméstica contra a Mulher, revelou que 56% dos homens já tiveram atitudes que caracterizam violência doméstica contra suas parceiras. De acordo com o estudo divulgado, na capital paulista 41% dos brasileiros conhecem pelo menos um homem que tenha sido violento com sua parceira. Para realizar a pesquisa, foram entrevistados 995 homens e 505 mulheres a partir de 16 anos em 50 municípios das cinco regiões do país.

A pesquisa revelou ainda que 16% dos entrevistados admitem já ter sido agressivos com a companheira. Mas quando listada uma série de atitudes consideradas violentas, é que se chega ao resultado de 56% deles admitindo terem sido agressivos. Entre os itens apontados estão: xingou, empurrou, ameaçou com palavras, deu um tapa, um soco, impediu de sair de casa, arremessou algum tipo de objeto, humilhou em público, obrigou a fazer sexo sem vontade e ameaçou com arma.

Segundo o estudo, 53% dos homens entram no casamento com expectativa de felicidade, mas a mesma porcentagem atribui à mulher a responsabilidade pelo sucesso da união. Ainda dentro das expectativas, 85% acham inaceitável a mulher ficar alcoolizada, 69% não concordam que ela saia com amigos sem sua companhia e 46% consideram inaceitável o uso de roupas justas e decotadas.

O estudo indicou também que a mulher ainda é vista como responsável pelo trabalho doméstico, já que 89% não aceitam que a mulher não mantenha a casa em ordem. Em outro aspecto a pesquisa constatou que 29% dos entrevistados acreditam que o homem só bate porque a mulher provoca e 23% batem porque só assim a mulher “cala a boca”, além de que 12% acham que têm razão em bater na mulher caso ela os traia.

Do total, 67% dos agressores presenciaram discussões dos pais quando crianças, enquanto entre os não agressores esse número cai para 47%. Entre os agressores 21% viram violência física e entre os não agressores esse índice cai para 9%, o que sugere que o ambiente na infância pode também ser um fator que pode influenciar no comportamento do homem adulto.

Quando questionados sobre a Lei Maria da Penha, 92% dos homens se mostraram favoráveis, mas 35% afirmaram que a desconhecem parcial ou totalmente. A maioria dos homens não entende que a lei tem o propósito de diminuir a desigualdade de gênero. Para 37%, as mulheres desrespeitam mais os homens por causa da lei e 81% defendem que os homens também deveriam ser protegidos pela lei.

De acordo com Saffioti (2001), o locus privilegiado da violência contra a mulher é o espaço doméstico, mesmo que não se restrinja a ele, já que o espaço privado se concebe não apenas enquanto território, mas é também simbólico, o que justifica a violência praticada por namorados e ex companheiros, que não habitam a mesma casa que as mulheres agredidas.

O espaço doméstico, enquanto uma representação social, tido como espaço do conforto, bem estar e de proteção à mulher, torna-se um espaço de violência, na medida em que é nele que se estabelece o confronto subjetivo e cotidiano, da disciplina, da dominação e da resistência.

É justamente neste espaço, onde estão em jogo homens e mulheres em suas relações privadas, que o abuso físico, psicológico e sexual ocorre com uma frequência maior do que apontam as estatísticas oficiais.

Muitos autores que trabalham a violência contra a mulher tentam entender as causas psicológicas e pessoais para que o homem se torne um agressor, traçando, inclusive, grupos característicos de homens que podem cometer abusos.

Miller (1999), define os homens agressores como incapazes de controlar impulsos, exigentes de obediência e castigadores, hostis,

MARCHI-COSTA, Maria Ivone et al. *Relação de gênero e violência conjugal para além do instituído: O construcionismo social como uma possibilidade integradora*. Mimesis, Bauru, v. 34, n. 1, p. 91-114, 2013.

MARCHI-COSTA, Maria Ivone et al. *Relação de gênero e violência conjugal para além do instituído: O construcionismo social como uma possibilidade integradora*. Mimesis, Bauru, v. 34, n. 1, p. 91-114, 2013.

com baixa auto estima, agressivos, anti-sociais, dependentes e ansiosos, entre outras categorias.

O sociólogo Giddens (1993,1997) menciona que o amor romântico da modernidade apesar de representar a liberdade de escolha amorosa, tende a delimitar e restringir os papéis ocupados por homens e mulheres em suas relações amorosas. Para o sociólogo, uma outra consequência é a acentuada idealização do(a) parceiro(a) que tende a gerar inúmeras frustrações das expectativas, refletindo-se em conflitos pessoais e relacionais (GIDDENS, 1993, 1997).

Ainda no parecer do mesmo sociólogo (*op cit*), a violência contra a mulher está relacionada ao fato de que na contemporaneidade, progressivamente, as mulheres têm se recusado a cooperar com a dominação masculina sobre elas, dominação esta que se fez intensamente presente no modelo de família patriarcal. Diante do declínio desse modelo e da gradativa emancipação feminina, a violência contra as mulheres apareceria como principal esteio de controle utilizado pelos homens. Para Giddens (1993, 1997), na atualidade, a violência contra a mulher estaria mais relacionada à insegurança e possíveis desajustamentos emocionais e afetivos dos homens diante de um novo modelo de relação, no qual os papéis precisam ser negociados e não impostos. Assim, a violência seria uma resposta destrutiva diante do declínio da cumplicidade feminina com esse antigo modelo (GIDDENS, 1993, 1997).

A terapeuta de família Krom (2012), amplia esse fenômeno ao direcionar o olhar também para o agressor ao referir-se à repetição da violência por àquele que a viveu. A autora (*op.cit*) afirma que a crueldade dos indivíduos os torna mais cruéis e muitas vezes este não tem ninguém como uma referência positiva para oferecer modelos positivos, acrescentando que este não conseguem estabelecer vínculos fortes que possam minimizar essa dor, não procuram ajuda, pois esse tipo de auxílio é escasso. “Como acreditar que o outro pode ser bom se na minha vida só convivi com a dor, com o descaso e com a desproteção?” (sic. agressor, p. 41).

Num momento histórico de mudanças radicais nas relações entre homens e mulheres, e que segundo Mello e Sampaio (2012), borram as fronteiras identitárias entre ambos, rompendo com papéis tradicionais de gênero, é de grande importância atentar-se para a conexão que essas questões estabelecem com a violência.

## Conexões entre violência e gênero

Partindo-se de como a diferença entre homens e mulheres tem sido abordada, da forma como a noção de “gênero” tem sido conceituada, há necessidade de se atentar às questões de gênero na análise do fenômeno da violência contra a mulher, considerando que a construção social do gênero é constitutiva da vivência cultural deste fenômeno.

Ao contrário do termo “sexo”, o “gênero” faz referência às noções de construção e de significado, ou seja, refere-se a uma classificação construída pelas sociedades que postulam diferentes significados sociais e culturais associados à categoria homem e à categoria mulher (DENZIN, 1995). Assim, o sexo refere-se à identidade biológica, ao fato de se caracterizar biologicamente uma pessoa como sendo macho ou fêmea, enquanto o gênero se refere às expectativas e comportamentos socialmente aprendidos que se associam a cada um dos sexos, remetendo para a dimensão cultural e não biológica (ANDERSEN, 1997).

Para Crawford (1995), a distinção entre os conceitos “sexo” e “gênero” foi uma tentativa significativa de distinguir o biológico do social, no sentido de permitir uma análise crítica das diferenças entre o homem e a mulher. No entanto, a perspectiva essencialista permaneceu, acabando por reforçar esta diferenciação de gênero: o gênero é visto em termos de atributos internos (competências cognitivas, emoções) que surgem separados da interação com os vários contextos. O que se tem observado, portanto, é a emergência de novas diferenças sexuais sob a etiqueta de diferenças de gênero, mas que, na verdade, são idênticas às anteriores, continuando a situar-se dentro do indivíduo, descontextualizadas socialmente e biologizadas.

Grossi (2010) afirma que a Antropologia Feminista tem mostrado que a explicação da ordem natural não passa de uma formulação ideológica que serve para justificar os comportamentos sociais de homens e mulheres em determinada sociedade. No caso das sociedades ocidentais, a biologia é uma explicação de grande peso ideológico, pois aprendeu-se que ela é uma ciência e que, portanto, tem valor de verdade.

Deste modo, a ligação entre o gênero e a violência conjugal tem gerado bastante discussão e controvérsia, havendo autores que defendem a neutralidade/simetria de gênero (MOFFITT, KRUEGER, CASPI, e FAGAN, 2000; MOFFITT, ROBINS, e CASPI, 2001) e outros que afirmam que o gênero e o poder constituem o processo chave da violência conjugal, não sendo apenas um mero

MARCHI-COSTA, Maria Ivone et al. *Relação de gênero e violência conjugal para além do instituído: O construcionismo social como uma possibilidade integradora*. Mimesis, Bauru, v. 34, n. 1, p. 91-114, 2013.

MARCHI-COSTA, Maria Ivone et al. *Relação de gênero e violência conjugal para além do instituído: O construcionismo social como uma possibilidade integradora*. Mimesis, Bauru, v. 34, n. 1, p. 91-114, 2013.

componente desta (DOBASH e DOBASH, 1998; JOHNSON, 1995; KURZ, 1993; STRAUS, 1993; YLLO, 1993).

Os teóricos que defendem a simetria de gênero baseiam-se fundamentalmente em duas linhas de investigação: os estudos que encontram taxas similares de perpetração da violência entre os sexos e, mais recentemente, os que descrevem que os homens e as mulheres que fazem uso de violência têm um perfil psicológico idêntico (MOFFITT *et al.*, 2000, 2001).

No entanto, Dias e Machado (2008) salientam que estes estudos tem sido alvo de críticas, pelo fato de focarem características psicológicas individuais e avaliarem o gênero como um atributo natural, não considerando a sua construção social e os significados que lhe estão associados.

Uma outra vertente de estudos destaca a abordagem estruturalista de gênero, na qual enfatiza que este é uma estrutura social que organiza as instituições sociais, assim como as identidades, atitudes e interações. Os estruturalistas defendem que o gênero é um sistema de estratificação que coloca a mulher e o homem em categorias, papéis e ocupações desiguais (RISMAN, 1998). Nesta perspectiva, o gênero existe como uma força social que opera independentemente dos desejos dos indivíduos e que o homem e a mulher são constrangidos pelos significados associados ao seu gênero, mesmo quando não desejam seguir orientações de vida baseadas nele (RISMAN, 1998).

De acordo com Anderson (2005), a perspectiva estruturalista sobre a violência, defende que os homens recebem mais instruções para o uso da violência do que a mulher. O acesso à violência é distribuído de maneira desigual, sendo dadas maiores oportunidades ao homem para aprender a violência do que a mulher (DE WELDE, 2003).

A perspectiva estruturalista, apesar de procurar contextualizar o fenômeno da violência em termos da sua construção sociocultural, trata-se de uma contextualização focada na “forma” das condições sociais e culturais, negligenciando o conteúdo, ou seja, os discursos culturais subjacentes.

Nos anos 80, em parte como crítica às abordagens individualistas, surge a perspectiva interacionista. Esta concebe o gênero como uma característica da interação social e não com uma característica de pessoas individuais. Para esta perspectiva, os indivíduos “fazem o gênero” nas suas interações diárias com os outros e tem desempenho de “masculinidade” ou de “feminilidade” face às expectativas sociais (ANDERSON, 2005; BROWN, 1998; WEST e ZIMMERMAN, 1987).

Tal perspectiva, defende que a violência não é um comportamento “*gender-neutral*” (sem gênero) e o gênero pode ser construído através da prática da violência (ANDERSON, 2005; BROWN, 1998; WEST e ZIMMERMAN, 1987). A prática da violência é aprendida e percebida como um comportamento masculino, dado que a agressão é uma componente da imagem cultural de masculinidade e a violência pode ser usada para mostrar aos outros que se é “um verdadeiro homem” (BROWN, 1998). Algumas pesquisas nesta direção têm apontado que os homens fazem uso da violência contra as parceiras quando sentem que a sua posição ou autoridade é desafiada, sendo a violência um meio pelo qual os homens demonstram e alcançam a sua masculinidade (ANDERSON e UMBERSON, 2001; BABCOCK ET AL, 1993, GIDDENS, 1993, 1997).

Deste modo, conclui-se que, para as concepções interacionista e estrutural, a violência conjugal está estreitamente ligada aos processos sociais de gênero. Já para a perspectiva individualista, o gênero pode ser um mero preditor da violência, restringindo a sua definição à traços ou características individuais.

Entende-se que, as perspectivas apresentadas possuem, ainda que em graus distintos, o risco de uma visão essencialista da relação entre o gênero e a violência conjugal. Esta é, obviamente, mais evidente nas perspectivas individualistas, que reduzem o gênero à categorização sexual, associando-o a determinadas características psicológicas que podem predizer o comportamento violento.

Entretanto, essas verdades imperantes passam a ser questionadas com a virada pós moderna, emergindo outros olhares e alternativas para esses fenômenos.

## **Gênero e violência conjugal: Reflexões sob as lentes do construcionismo social.**

No decorrer do século XX, a soberania científica é abalada quando instala-se uma crise, “uma contradição histórica que se traduz nas rupturas trazidas, quer pelas formas cotidianas do existir, fazendo emergir a necessidade de consideração das heterogeneidades, das diferenças, das desigualdades gritantes, quer pelas fissuras lógicas das ciências” (GATTI, 2005, p. 140).

Neste sentido os dizeres do sociólogo Boaventura Sousa Santos são muito apropriados,

MARCHI-COSTA, Maria Ivone et al. *Relação de gênero e violência conjugal para além do instituído: O construcionismo social como uma possibilidade integradora*. Mimesis, Bauru, v. 34, n. 1, p. 91-114, 2013.

MARCHI-COSTA, Maria Ivone et al. *Relação de gênero e violência conjugal para além do instituído: O construcionismo social como uma possibilidade integradora*. Mimesis, Bauru, v. 34, n. 1, p. 91-114, 2013.

A crise do paradigma da ciência moderna não constitui um pântano cinzento de ceticismo ou de irracionalismo. É antes o retrato de uma família intelectual numerosa e instável, mas também criativa e fascinante, no momento de se despedir, com alguma dor, dos lugares conceituais, teóricos e epistemológicos, ancestrais e íntimos, mas não mais convincentes e securizantes, uma despedida em busca de uma vida melhor a caminho doutras paragens onde o otimismo seja mais fundado e a racionalidade mais plural e onde finalmente o conhecimento volte a ser uma aventura encantada. A caracterização da crise do paradigma dominante traz consigo o perfil do paradigma emergente (1988, p.14).

Sob a denominação de pós moderno, o paradigma emergente é classificado por Grandesso (2000) como sendo um eixo comum a todos os domínios do conhecimento.

Este paradigma questiona a validade absoluta das verdades científicas, políticas e religiosas que os modernistas acreditavam e ou acreditam, assim como questionam a crença de que os princípios universais poderiam ser descobertos para explicar todo o comportamento humano. Por esta razão os modernistas são chamados de essencialistas, eles olham dentro do fenômeno para buscar a sua essência. O esforço para identificar estes fatores universais, estas essências, governou muitos campos da ciência. Esta busca pela essência das coisas contribuiu para o reducionismo dos tempos, em que a história e o contexto foram ignorados, porque supôs-se que a essência residia na estrutura da própria coisa.

O ceticismo foi sendo edificado gradativamente em nossa cultura como por exemplo, a relatividade de Einstein destruiu a fé nas certezas sólidas da física newtoniana, Marx desafiou o direito de uma classe dominar a outra. Na década de 1960, perdeu-se a confiança nas instituições e, a partir das experiências com drogas e com a religião oriental, adquiriu-se a sensação de que havia outras realidades além daquelas da consciência humana. O movimento feminista desafiou as suposições patriarcais sobre gênero, que eram consideradas leis da natureza. O mundo diminuía cada vez mais a medida que, se ampliava a exposição das pessoas à culturas diferente, o que favoreceu o reexame das suposições relativas às crenças primitivas ou excêntricas. Assim a realidade passou a ser considerada como apenas uma das muitas maneiras em que as pessoas veem o mundo.

Este ceticismo acumulado tornou-se uma influência importante na década de 1980, e os pilares de muitos campos foram abalados. Na literatura, direito, educação, arquitetura, religião, ciência política, arte e na psicologia, práticas e conhecimentos aceitos foram “desconstruídos”. Foi possível constatar que se tratava de con-

venções desenvolvidas por pessoas com suas próprias perspectivas e motivos tendenciosos. O filósofo Foucault (2007) interpretou os conhecimentos aceitos em muitos campos, apresentados como realidade objetiva, como histórias perpetuadas para manter as estruturas de poder e marginalizar histórias alternativas.

A proposição pós moderna argumenta que não há realidades, apenas pontos de vista, e a partir de então, surge um interesse em como são geradas as narrativas que organizam as vidas das pessoas. As psicologias pós modernas preocupam-se com o modo como as pessoas dão significados às suas vidas; como elas constroem a realidade.

Uma dessas psicologias é chamada construcionismo social, cujo principal proponente é o psicólogo social Kenneth Gergen (2001, 1997, 1994) que enfatiza o poder da interação social na geração de significado para as pessoas. Gergen (2001), afirma que não somente se é incapaz de perceber uma realidade objetiva, mas as realidades construídas estão ancoradas nos sistemas de linguagem da própria existência. Gergen desafia a noção de que os indivíduos são autônomos, que mantêm crenças independentes e deduz em vez disso que as crenças são plásticas, pois mudam com as mudanças do contexto social que se está inserido, assim o sentido do que é real e do que é bom emerge dos relacionamentos.

Dentre os pressupostos construcionistas, destacam-se, uma posição de desconfiança e crítica em relação a qualquer conhecimento absoluto; a crença na especificidade histórica e cultural que subsidia determinados valores ou conceitos; a concepção de que o conhecimento seja mantido por processos sociais, ao invés de processos individuais e o princípio de que conhecimento e ação social caminham juntos (GERGEN, 1994, BURR, 1995).

Na base dos pressupostos do construcionismo social estão implícito o anti-essencialismo dos objetos; o antirrealismo a priori; a especificidade cultural e histórica do conhecimento, em vez da generalização dos processos; a ideia de que a linguagem seja uma pré-condição para o pensamento e uma forma de ação social; foca na interação humana, na intersubjetividade e na prevalência das práticas sociais sobre as condutas individualizadas (BURR, 1995, GERGEN, 1994).

Ratifica-se e complementa-se que na psicologia esse desafio consubstancia-se nas perspectivas do construcionismo social assim como na análise do discurso ou da psicologia crítica, perspectivas que partilham entre si premissas semelhantes e se inserem num mesmo posicionamento epistemológico. Por isso, assume-se desde

MARCHI-COSTA, Maria Ivone et al. *Relação de gênero e violência conjugal para além do instituído: O construcionismo social como uma possibilidade integradora*. Mimesis, Bauru, v. 34, n. 1, p. 91-114, 2013.

MARCHI-COSTA, Maria Ivone et al. *Relação de gênero e violência conjugal para além do instituído: O construcionismo social como uma possibilidade integradora*. Mimesis, Bauru, v. 34, n. 1, p. 91-114, 2013.

já que não existe uma completa concordância no sentido do que é ser construcionista social, pós-estruturalista, pós-moderno, psicologia crítica (BURR, 1995). Apesar de se poder equacionar diferenças entre essas diferentes posturas, para este trabalho importa essencialmente referir o que todas compartilham, uma espécie de parença familiar (BURR, 1995).

Para tais perspectivas, as diferenças de gênero são entendidas como descrições modeladas pelos padrões culturais, pelo que não devem ser aceites como naturais e devem ser alvo de uma análise crítica. Como refere Nogueira (2001), muitas categorias refletem idéias acerca da experiência em função do masculino, ou seja, favorecem determinados modos de ser e de conduta associadas ao homem ou valorizam aspectos da vida da mulher que beneficiam o homem. Por exemplo, enquanto ao homem se associam competências ligadas ao mundo do trabalho, à autoridade e ao controle dos outros e das situações, à mulher associam-se competências relacionais, como a emotividade, a sensibilidade ou o cuidado dos outros. Tais atribuições conferem ao masculino uma posição dominante, remetendo-o para contextos onde adquire um estatuto mais elevado, recursos e poder. Por outro lado, à mulher é atribuída responsabilidade social, enquanto mãe e esposa, remetendo para a esfera doméstica a sua realização e estatuto (AMÂNCIO, 1998).

Deste modo, as diferenças entre o homem e a mulher não existem em si mesmas, tratam-se de produtos culturais e relacionais (HARE-MUSTIN e MARECEK, 1994). Como complementa Burr (1995), o gênero não está na pessoa, no homem e na mulher, mas na interação, nas relações sociais. Para esse autor, o masculino e o feminino são conceitos que ganham o seu significado não apenas nos padrões conversacionais e discursivos, mas também no seu contexto mais amplo (histórico, social e cultural).

Destaca-se os dizeres de Gergen (2001), que a linguagem na concepção construcionista, não é um espelho da vida, mas antes a construção da própria vida. Tendo um caráter de desempenho, a linguagem utilizada nos discursos que operam a construção social do gênero deve ser foco de análise, procurando-se analisar o modo como este discurso do gênero foi sendo construído e como contribui para a manutenção de uma determinada ordem social (GERGEN, 2001 NOGUEIRA, 2001).

Scott ratifica essa ideia:

Por “gênero”, eu me refiro ao discurso sobre a diferença dos sexos. Ele não remete apenas a idéias, mas também a instituições, a estruturas, a práticas

cotidianas e a rituais, ou seja, a tudo aquilo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de organização do mundo, mesmo se ele não é anterior à organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primária, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é a causa originária a partir da qual a organização social poderia ter derivado; ela é mais uma estrutura social moveável que deve ser ela mesma analisada em seus diferentes contextos históricos (1998, p.15 ).

Assim sendo, o objeto de análise deve deslocar-se das diferenças entre os homens e as mulheres para a análise do pensamento social sobre a diferenciação entre o masculino e o feminino. A conceitualização do sexo enquanto categoria social não significa, pois, simplesmente passar de uma explicação em termos de diferença biológica para uma explicação em termos de diferença psicológica. O próprio conceito de gênero e as noções associadas ao feminino e ao masculino devem ser alvo de uma análise crítica.

Nessa esfera, a perspectiva construcionista social salienta a necessidade de analisar a construção dos conteúdos simbólicos associados a cada um dos gêneros (AMÂNCIO, 1998; NOGUEIRA, 2001), construção esta que se opera através das interações e que acarreta conseqüências para a vida das pessoas (AMÂNCIO, 1998; ANDERSON, 2005; BURR, 1995). Além disto, Mota-Ribeiro (2005) ratifica que a construção do gênero não é apenas social, mas também cultural (que os significados associados ao feminino e ao masculino diferem consoante ao contexto cultural e que, ainda que possam existir padrões comuns identificados pelos estudos interculturais, há também uma grande diversidade de normas e práticas relativas a cada um dos gêneros).

Conveniente citar a antropóloga Miriam Grossi (2010), ao afirmar que as mulheres agem como socialmente programadas e não biologicamente determinadas. Porém, a autora adverte que, pode e deve – se modificar cotidianamente aquilo que é esperado dos indivíduos do sexo feminino, pois o gênero (ou seja, aquilo que é associado ao sexo biológico) é algo que está permanentemente em mudança, e todos os atos ajudam a reconfigurar localmente as representações sociais de feminino e de masculino. Grossi complementa, que em todas as sociedades do planeta, o gênero está sendo, todo o tempo, ressignificado pelas interações concretas entre indivíduos do sexo masculino e feminino. Por isso, diz-se que o “gênero é mutável” ( 2010, p. 6).

Portanto, as relações de gênero são consideradas fluidas, mutáveis e podem ser específicas a certas circunstâncias ou contextos culturais. Vários estudos indicam que a cultura é uma dimensão es-

MARCHI-COSTA, Maria Ivone et al. *Relação de gênero e violência conjugal para além do instituído: O construcionismo social como uma possibilidade integradora*. Mimesis, Bauru, v. 34, n. 1, p. 91-114, 2013.

MARCHI-COSTA, Maria Ivone et al. *Relação de gênero e violência conjugal para além do instituído: O construcionismo social como uma possibilidade integradora*. Mimesis, Bauru, v. 34, n. 1, p. 91-114, 2013.

sencial no estudo e compreensão do fenômeno da violência contra a mulher, envolvendo uma multiplicidade de discursos e práticas culturais relativos, não só à violência em geral e contra a mulher em particular, mas também à mulher e às relações de gênero.

Adotar uma posição construcionista social na análise da violência conjugal, implica uma análise integrada do gênero e da violência. Ratifica-se que não se pretende com isto defender a noção de que a violência é exclusivamente um fenômeno de gênero, mas antes salientar que a análise da violência conjugal, sem considerar a natureza das relações em que esta ocorre e os significados culturais que lhe estão associados, não seria uma análise construcionista social. Por outro lado, o mesmo se aplica à noção de gênero e às relações de gênero: sendo a violência um fenômeno cultural e partindo da concepção de que o gênero influencia não só o significado de ser mulher e de ser homem, mas também o modo como interagem, a violência tem de passar a ser incluída na análise do gênero e das relações de gênero.

Nesta direção, mulheres, parceiros (as), incidências e resistências no campo da violência de gênero parecem ser apenas alguns “nós” de uma rede de processos multidirecionais que, hoje, apresentam a violência como um problema público altamente complexo. Classificado mais recentemente como um problema de segurança pública e justiça, portanto, alvo de medidas, sobretudo, punitivas, este problema vem sendo considerado também como de direitos humanos à medida que a relação entre masculino e feminino em nossa sociedade estrutura-se na diferença, mas especialmente na desigualdade (BARBIERI, 1993; SCOTT, 1995).

Assim, torna-se pertinente o estranhamento de narrativas naturalizadas, como por exemplo, “a violência de gênero é crime, ao homem, nomeado agressor, cabe apenas punição, a prisão. Pondera-se que, estranhar, questionar, desconstruir e reconstruir narrativas, é dever do pesquisador. Vale mencionar os dizeres do sociólogo Bourdieu,

Os pesquisadores tem a missão (.....) de restituir a todos, o que descobrem em suas pesquisas. Nós somos, como dizia Husserl “funcionários da humanidade” destinados a descobrir coisas sobre o mundo natural ou social e faz parte de nossas obrigações a de restituir à sociedade o que nós adquirimos em nosso trabalho intelectual (1996, p.16).

Nesta diretriz, a filiação à perspectiva construcionista de estudo das práticas discursivas (GERGEN, 1994; IBAÑEZ, 1994; SPINK, 2004; SPINK e MEDRADO, 1998), como abordagem teó-

rico-metodológica e também como “lentes”, favorece a elaboração de alguns questionamentos éticos e conceituais sobre os possíveis efeitos da naturalização de algumas narrativas, como por exemplo a acima citada. Conseqüentemente, incita-se reflexões sobre a eficácia dessa estratégia diante do enfrentamento da problemática da violência de gênero. Tal abordagem questiona o que é considerado como objeto natural, radicalizando com a natureza social do mundo vivido e a historicidade das nossas práticas. Dessa forma, é possível colocar em dúvida algumas narrativas apresentadas como naturais, tais como o lugar do homem e o que lhe cabe, diante de uma situação de autoria de violência. Logo, torna-se relevante compreender como essas idéias emergem na matriz de eventos que é sua condição de possibilidade. O estranhamento diante da referida narrativa e a tentativa de compreender os processos que dão sustentação a essa matriz é percebida, portanto, como caminho para a libertação de uma verdade já instituída e abertura de outras possibilidades para o enfrentamento do problema da violência.

Este estudo ao propor no contexto na violência conjugal estender o cuidado também ao homem autor de violência, tem em sua base também a inquietação compartilhada por Granja e Medardo (2009) de que ao mesmo tempo em que aparecem propostas de cuidado por parte de alguns profissionais, é possível também perceber uma concentração dos usos de repertórios que sugerem o “nada a fazer” entre os profissionais dos espaços de organização política.

O “nada a fazer” surge junto à sinalização do empoderamento das mulheres como estratégia central de intervenção. O não considerar a possibilidade de um homem autor de violência poder localizar aquele ato na sua história, na sua constituição como pessoa e escolher construir outros sentidos para a sua condição, pode indicar uma naturalização da violência como atributo do homem, reduzindo o autor ao ato.

Os dizeres de Krom, ratificam estas reflexões,

Em se tratando do agressor, cabe considerar muitos relatos dos mesmos, os quais sem voz e sem oportunidade de acolhimento verbalizam situações de sofrimento em suas vidas. Na sociedade colocamos rótulos nesses indivíduos, demonstrando de alto e bom tom que são os excluídos dos excluídos, são os sem vez, aqueles que não merecem reintegração social (2012, p 42).

Aproxima-se dos repertórios que compõem esse “nada a fazer”, àqueles utilizados para enfatizar a necessidade de punição na forma de prisão. Aqui é importante dar voz a um debate sobre o temor

MARCHI-COSTA, Maria Ivone et al. *Relação de gênero e violência conjugal para além do instituído: O construcionismo social como uma possibilidade integradora*. Mimesis, Bauru, v. 34, n. 1, p. 91-114, 2013.

MARCHI-COSTA, Maria Ivone et al. *Relação de gênero e violência conjugal para além do instituído: O construcionismo social como uma possibilidade integradora*. Mimesis, Bauru, v. 34, n. 1, p. 91-114, 2013.

de que pensar na atenção aos homens autores de violência possa vir a minimizar o ato cometido, protegendo o homem, à medida que o posiciona como doente, que requer tratamento (FIGUEROA, 2004). Salienta-se que não se trata de colocá-lo numa posição de vítima, mas de uma pessoa que independente de seu gênero também necessita de cuidados, inclusive como estratégica para o enfrentamento da violência. Ao se pretender realizar um trabalho preventivo, não se deve desconsiderar todo o processo histórico e cultural subjacente ao fenômeno da violência e gênero bem como a dinâmica intersubjetiva que permeia a relação conjugal, assim como da necessidade de se cuidar da saúde mental de ambos os cônjuges, pois, caso contrário se estará naturalizando o fenômeno. Salienta-se que não se justifica a violência, mas como profissionais que primam pela saúde mental e qualidade de vida das pessoas envolvidas, é preciso ir além do sintoma e do gênero para se realizar um trabalho de base efetivo. Assim, arranjos dicotômicos, tais como homem e mulher, agressor e vítima, devem ser questionados. Pode-se citar como exemplo, às mulheres, o tratamento psicológico e, aos homens, a punição.

Destaca-se que foi nesse processo de ampliação de sentido que a violência foi posicionada também como um problema de saúde pública e como alvo de políticas sociais.

Entretanto, concorda-se com o questionamento de Granja e Medrado (2009), se o que foi ampliado foi a compreensão da violência ou o conceito de saúde. Os mesmos autores observam que no jogo das práticas discursivas a saúde é a biológica, a violência é a física e o gênero é o feminino. Os autores destacam ainda que os serviços de saúde não são ainda porta de entrada para os casos de violência contra as mulheres, apenas para raros casos, vinculados a danos físicos. Deste modo, tal constatação, remete a um conceito de saúde ainda centrado na doença, no biológico, e, ao mesmo tempo, a um conceito de violência como dano físico, estando em diálogo duas narrativas que pareciam ter sido rompidas. Logo, contata-se dois conceitos que foram ampliados mais nos atos legislativos e no plano das teorias do que na prática do setor saúde (GRANJA e MEDRADO, 2009). Tal restrição parece se apresentar como obstáculo para concretização da integralidade.

Sabe-se que a psicologia não pode pretender descobrir a verdade da natureza das pessoas e da vida social, porque as suas explicações estão limitadas no tempo e na cultura; entretanto, deve essencialmente chamar a atenção para o estudo histórico da emergência das formas correntes da vida social, assim como das práticas sociais que as criam.

A redescção construcionista da ciência psicológica como prática social contextualizada incentiva transformações teóricas e metodológicas no próprio fazer científico visando contribuições que potencializem seu papel na cultura. Como salienta Gergen (1997), ainda que a ciência possa promover uma desestabilização das convenções sociais a partir de investigações que propiciem uma crítica interna, uma crítica cultural, até uma pesquisa de desalojamento (*scholarship of dislodgment*), a contribuição do construcionismo social, expande-se para a transformação e inovação cultural.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscar a integralidade não significa minimizar ou justificar a violência conjugal praticada pelo homem, nem tampouco atribuir-lhe somente ao fenômeno do gênero. O que se busca é justamente um possível caminho para a libertação de uma verdade já instituída e abertura de outras possibilidades para o enfrentamento desse problema.

Refletir sobre estas questões é considerar a importância de se analisar a violência conjugal como decorrente de muitos fatores que são compartilhados por duas pessoas com suas distintas histórias e que juntos via intersubjetividade constroem uma terceira e singular relação. Dar voz a “pessoa”, independente do gênero, é uma atitude ética, humanizadora e que está também a serviço da prevenção, a medida que se dá voz e direciona o cuidado também à pessoa que agrediu.

Desconstruir o dualismo homem x mulher, agressor x vítima, masculino e feminino e considerá-los como conceitos que ganham o seu significado nos padrões conversacionais e discursivos e num contexto mais amplo, ou seja, histórico, social e cultural, é um passo importante rumo a ressignificação desses fenômenos e da possibilidade de construção de uma análise integradora da violência de gênero.

Que essas reflexões teóricas em torno do fenômeno da violência, hoje também posicionada como um problema de saúde pública e como alvo de políticas sociais, possam contribuir para a gradativa construção de uma prática integrativa em prol especialmente da prevenção da saúde e qualidade de vida das pessoas envolvidas, representadas neste estudo, pela relação conjugal, o que poderá significar a minimização da violência e da possibilidade de que os lares possam realmente significar um lugar de conforto, proteção e segurança.

MARCHI-COSTA, Maria Ivone et al. *Relação de gênero e violência conjugal para além do instituído: O construcionismo social como uma possibilidade integradora*. Mimesis, Bauru, v. 34, n. 1, p. 91-114, 2013.

MARCHI-COSTA, Maria Ivone et al. *Relação de gênero e violência conjugal para além do instituído: O construcionismo social como uma possibilidade integradora*. Mimesis, Bauru, v. 34, n. 1, p. 91-114, 2013.

## REFERENCIAS

ALBUQUERQUE F. Pesquisa Violência. **Agência Brasil- Direitos Humanos**. São Paulo: Publicado 29 Novembro, 2013. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/11/pesquisa-mostra-que-56-dos-homens-ja-tiveram-atitude-violenta-com-a-companheira-3421.html>.

AMÂNCIO, L. **Masculino e feminino**: A construção social da diferença. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

ANDERSEN, M. Thinking about women: **Sociological perspectives on sex and gender**. New York: Macmillan Publishing, 1997.

ANDERSON, K. L., e UMBERSON, D. Gendering violence: Masculinity and power in men's accounts of domestic violence. **Gender and Society**, s.i, n 15, p. 358-380, 2001.

ANDERSON, K. L. Theorizing gender in intimate partner violence research. **Sex Roles**, Pittsburgh, v. 52, n. 11-12, p. 853-865, 2005.

BABCOCK, J. C.; WALTZ, J.; JACOBSON, N. S.; GOTTMAN, J. M. Power and violence: The relation between communication patterns, power discrepancies, and domestic violence. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, s.i, v 61, n. 1, p. 40-50, 1993.

BARBIERI, T. **Sobre a categoria gênero**: uma introdução teórico-metodológica. Recife: S.O.S. Corpo, 1993.

BOURDIEU, P. **Sur La Télévision na Suivi de L'emprise du Journalismo**. Paris: Liber Editions, 1996.

BROWN, S. **Understanding youth and crime: Listening to youth?** Buckingham: Open University Press, 1998.

BURR, V. **An introduction to social constructionism**. London: Routledge, 1995.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Mulher**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/pj-lei-maria-da-penha>.

CRAWFORD, M. **Talking difference**. On gender and language. London: Sage, 1995.

DE WELDE, K. Getting physical. Subverting gender through self-defence. **Journal of Contemporary Ethnography**, [si], n 32, n. 3, p. 247-278, 2003. <http://gas.sagepub.com>.

DENZIN, N.K. Symbolic interactionism. In J. A. Smith, R. Harré; L. Van LANGENHOVE (Eds.), **Rethinking Psychology**. London: Sage, 1995.

DIAS, A. R. C. e MACHADO, C. Gênero e violência conjugal – Uma relação cultural. **Análise Psicológica**, Lisboa, v 26, n 4, 2008.

DOBASH, R.; DOBASH, R. P. Violent men and violent contexts. In R. E. Dobash e R. P. Dobash (Eds.), **Rethinking violence against women**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1998, p. 141-168.

FÉRES-CARNEIRO, T. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v 11, n 2, 1998.

FIGUEROA, J. G. La representación de los varones en estudios sobre masculinidades y reproducción: un muestrario de reflexiones. In B. Medrado, M. Franch, J. Lyra; M. Brito (Orgs.), **Homens: tempos, práticas e vozes**. Recife: Instituto PAPAÍ/ Fages/Nepo, 2004, p. 22-34.

FLAX, Jane. “Pós-modernismo e relações de gênero”. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (org.). **Pós-Modernidade e Política**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1991, p. 217-250.

MARCHI-COSTA, Maria Ivone et al. *Relação de gênero e violência conjugal para além do instituído: O construcionismo social como uma possibilidade integradora*. Mimesis, Bauru, v. 34, n. 1, p. 91-114, 2013.

MARCHI-COSTA, Maria Ivone et al. *Relação de gênero e violência conjugal para além do instituído: O construcionismo social como uma possibilidade integradora*. Mimesis, Bauru, v. 34, n. 1, p. 91-114, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Editora Graal, 2007.

GATTI, B.A. Pesquisa, educação e pós- modernidade: Confrontos e dilemas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v 35, n 126, p. 595-608, 2005.

GERGEN, K. J. **An invitation to social construction**. Sage Publications: London, 2001.

GERGEN, K. J. **Realities and relationships**. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

GERGEN, K. J., **Realities and relationships: Soundings in social construction**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1994.

GIDDENS, A. **Sociology**. Cambridge: Policy Press, 1997.

GIDDENS, A. **A Transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: UNESP, 1993.

GRANDESSO M.A. **Sobre a reconstrução do significado**. Uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

GRANJA, E, e MEDRADO, B., Homens, violência de gênero e atenção integral em saúde. **Psicologia e Sociedade**, Florianópolis, v 21, n1, p. 25-34, 2009.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de gênero e sexualidade**. Disponível em: [http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/identidade\\_genero\\_revisado\\_2010.pdf](http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/identidade_genero_revisado_2010.pdf).

HARE-MUSTIN, R. T.; Marecek, J.. Asking the right questions: Feminist psychology and sex differences. **Feminism and Psychology**, n 4, p. 531-537, 1994.

IBAÑEZ, E. La construcción del conocimiento desde una perspectiva socioconstruccionista. In Montero, M. (Org.), **Conocimiento, realidad e ideología**. Caracas: Asociación Venezolana de Psicología Social AVEPSO, 1994, p. 39-48.

KITZINGER, C. Feminism, psychology and the paradox of power. **Feminism and Psychology**, [si], v 1, p.111-29, 1991.

KROM, M et al. **Desvendando Mitos**, 2012. Disponível em: <http://bmcpublicidade.com.br/DesvendandoMitos.pdf>.

KURZ, D. Physical assaults by husbands: A major social problem. In: R. J. Gelles e D. R. Loseke (Eds.), **Current controversies on family violence**. Newbury Park, CA: Sage, 1993, p. 88-103.

JOHNSON, M. P. Patriarchal terrorism and common couple violence: Two forms of violence against women. **Journal of Marriage and the Family**, [si], n 57, 283-295, 1995.

MELLO, R.P.; SAMPAIO, J.V. Corpos intersex borrando as fronteiras do discurso médico. **Revista NUFEN**, Belém, v 4, n 1, p. 04-19, 2012.

MILLER, M.S. **Feridas invisíveis**: abuso não físico contra mulheres. São Paulo: Summus, 1999.

MOFFIT, T.; KRUEGER, R. F., CASPI, A; FAGAN, J. Partner abuse and general crime: How are they the same? How are they different? **Criminology**, n 38, p. 199-232, 2000.

MOFFIT, T.; ROBINS, R. W.; CASPI, A. A couples analysis of partner abuse with implications for abuse prevention policy. **Criminology and Public Policy**, n1, 5-36, 2001.

MOTA-RIBEIRO, S. **Retratos de mulher**. Construções sociais e representações visuais do feminino. Porto: Campo das Letras, 2005.

MARCHI-COSTA, Maria Ivone et al. *Relação de gênero e violência conjugal para além do instituído: O construccionismo social como uma possibilidade integradora*. Mimesis, Bauru, v. 34, n. 1, p. 91-114, 2013.

MARCHI-COSTA, Maria Ivone et al. *Relação de gênero e violência conjugal para além do instituído: O construcionismo social como uma possibilidade integradora*. Mimesis, Bauru, v. 34, n. 1, p. 91-114, 2013.

NOGUEIRA, C. **Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero**: Feminismo e perspectivas críticas na psicologia social. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

ODÁLIA, N. **O Que é Violência**. São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 1985.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas (ONU). **A ONU e as mulheres**. Disponível <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-mulheres/>.

REDONDO, R. C.; MARCHI-COSTA, M.I. . Mulheres e seus companheiros agressores: Um olhar sob o ponto de vista Sistêmico. In: Gilda Castanho Franco Montoro; Maria Luiza Puglisi Munhoz. (Org.). **O desafio do amor - Questão de sobrevivência**. 1ª ed. São Paulo: Rocca, 2010, p. 385- 395.

RISMAN, B. **Gender vertigo**: American families in transition. London: Yale University Press, 1998.

SAFFIOTI, H. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n 16, p.115-136, 2001.

SANTOS, B. de S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v 2, n 2, p.46-71, 1988.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

SCOTT, J. **La Citoyenne Paradoxale**: les féministes françaises et les droits de l'homme. Paris: Ed Albin Michel, 1998.

SPINK, M. J. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

SPINK, M. J.; MEDRADO, B. Produção de sentido no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para a análise das práticas discursivas. In: M. J. Spink (Org.), **Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano**: aproximações metodológicas. São Paulo: Cortez, 1998, p.41-61.

STRAUS, M. A. Physical assaults by wives: A major social problem. In R. J. Gelles & D. R. Loseke (Eds.), **Current controversies on family violence**. Newbury Park, CA: Sage, 1993, p. 67-87.

WASELFISZ, J. J. Mapa da Violência 2012: Atualização: Homicídio de mulheres no Brasil. **Centro Brasileiro de estudos latino-americanos**, 2012. Disponível em [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012\\_atual\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf).

WEST, C.; ZIMMERMAN, D. H. Doing gender. **Gender & Society**, n 1, p. 125-151, 1987.

YLLO, K. Through a feminist lens: Gender, power, and violence. In: R. Gelles & D. L. Loseke (Eds.), **Current controversies on family violence**. Newbury Park, CA: Sage, 1993, p. 47-62.

MARCHI-COSTA, Maria Ivone et al. *Relação de gênero e violência conjugal para além do instituído: O construcionismo social como uma possibilidade integradora*. Mimesis, Bauru, v. 34, n. 1, p. 91-114, 2013.